



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 53ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada a homenagear o Colégio Santo Agostinho pelos 80 anos de sua fundação
- 1.3 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário

4 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/9/2014

Presidência da Deputada Luzia Ferreira

Sumário: Comparecimento - Falta de Quórum - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e a deputada:

Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - André Quintão - Carlos Henrique - Fábio Cherem - Inácio Franco - João Leite - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Paulo Guedes - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Wander Borges.

Falta de Quórum

A presidente (deputada Luzia Ferreira) - Às 14h13min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 17, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.).

ATA DA 53ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/9/2014

Presidência do Deputado Durval Ângelo

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Execução do Hino Nacional - Palavras do Presidente - Entrega de Placa - Palavras do Sr. Francisco Morales Cano - Apresentação Musical - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os deputados:

Célio Moreira - Durval Ângelo - Pompílio Canavez.

Abertura

O presidente (deputado Durval Ângelo) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário para proceder à leitura das atas das reuniões anteriores.

Atas

- O deputado Pompílio Canavez, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura das atas das três reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Destinação da Reunião

O presidente - Destina-se esta reunião a homenagear o Colégio Santo Agostinho pelos 80 anos de sua fundação.



Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa o Exmo. Sr. Francisco Morales Cano, diretor educacional corporativo do Colégio Santo Agostinho, e a Exma. Sra. Maria Elizabeth Vitral Amaro, chefe de gabinete da Defensoria Pública, representando a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvirem o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O locutor - Com a palavra, para o seu pronunciamento, o deputado Durval Ângelo, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Presidente

Boa noite a todos e a todas; ao Francisco Morales Cano, diretor educacional, companheiro e amigo; à Maria Elizabeth Vitral Amaro, chefe de gabinete da Defensoria Pública; ao amigo Paulo Gabriel, na pessoa de quem faço uma saudação a toda a ordem agostiniana.

No início, um repórter me perguntou o motivo desta cerimônia, desta reunião especial da Assembleia para comemorar os 80 anos do Colégio Santo Agostinho. Disse que, no País, um educandário completar 80 anos já era algo por si significativo. Conhecendo o Colégio Santo Agostinho, sua visão educacional comprometida com a vida para desenvolver consciência crítica nos alunos, com compromisso, com solidariedade aos mais pobres, isso já justificava por si.

Se tivesse dúvida disso, no dia 29, no tributo a Nelson Mandela, na antiga Faculdade de Saúde, foram lembrados dois africanos - um do norte, outro do sul -, que estavam separados por 17 séculos de história: Santo Agostinho e Nelson Mandela. Ali foi muito bem expresso pelos pronunciamentos do provincial agostiniano e do Prof. Francisco Morales o objetivo que busca e pelo qual prima a educação agostiniana. Isso ficou muito expresso. Há uma causa maior que motiva haver uma escola católica com compromisso com um mundo novo, um mundo diferente, com formação de consciência crítica.

Mais do que isso, lá tivemos a oportunidade de assistir a um vídeo com vários depoimentos de pessoas com visão e grande compromisso na sociedade atual que expressaram muito bem o que representou em suas vidas o Colégio Santo Agostinho.

Disse ao repórter que me entrevistou que fui professor do Colégio Santo Agostinho. Esta foi uma realidade que conheci muito próxima, muito na minha vida. Trabalhei no colégio como professor de ensino religioso há 37 anos. Tive a oportunidade de conviver com essa realidade, com esse compromisso educacional do Colégio Santo Agostinho.

Além do mais, cinco filhos meus estudaram no Colégio Santo Agostinho. Como pai de aluno, tive a oportunidade de acompanhar a vida dos meus filhos e ver que o Santo Agostinho foi muito significativo em suas vidas.

Lá eles tiveram uma educação, uma visão construtivista muito comprometida com a solidariedade, com o próximo, com esse olhar de compromisso e de engajamento.

O outro motivo - já disse que, há quase 40 anos, sou amigo dos padres agostinianos - são os 40 anos de uma convivência, dentro de uma linha de pastoral engajada, de uma visão da Teologia da Libertação, na qual estivemos juntos em vários movimentos, em várias emergências necessárias na luta do povo, aqui, particularmente na região do Barreiro e até na região de São Félix do Araguaia. Então, disse: isso eu conheço. Sei o que representa o Santo Agostinho. Vou apresentar um requerimento propondo a realização de uma reunião especial. Sabia muito bem o que queria nesta noite: registrar que, de uma jovem cidade, de pouco mais de 100 anos, o Colégio Santo Agostinho representa muito na construção de um substrato cultural em Belo Horizonte. O Colégio Santo Agostinho tem um papel muito especial e muito significativo. Foi assim quando propusemos também aqui a homenagem aos 75 anos do Colégio Santo Agostinho, quando recebemos nesta Assembleia Legislativa as relíquias do fundador Santo Agostinho ou pelo menos o que acreditamos que sejam, mas o que vale mais é a crença, a credibilidade que temos.

Então, fico muito satisfeito, pois vejo diante de mim, nesta noite, pais de alunos, como o Moacyr, que hoje é desembargador do Tribunal de Justiça e cujos filhos estudaram no Colégio Santo Agostinho; professores e educadores, que não trabalharam comigo porque sou do tempo antigo, mas sabemos que hoje eles fazem um trabalho muito significativo no Colégio Santo Agostinho; muitos padres, que têm a ver muito com a minha formação, com o meu compromisso dentro da Assembleia Legislativa por uma política centrada na ética, no compromisso com os direitos humanos e com os mais pobres, onde esses direitos são mais negados na sociedade.

Destaco o Félix Valenzuela, com quem tive uma alegria muito grande de poder registrar esse companheirismo e essa aprendizagem no livro de seus 80 anos de caminhada de vida. Há 30 anos, ele batizou o meu filho Pedro - Pedro em homenagem a Pedro Casaldáliga -, e estivemos juntos em boas lutas. Ninguém vai me acusar de ter querido matá-lo há 35 anos, arrumando-lhe uma moto, Félix. Isso ninguém mais vai poder fazer, porque você está vivo, com muita disposição. Vejo também o Paulo, o Zé Maria, o Janjão. Temos aqui agostinianos que foram meus alunos no Instituto Santo Tomás de Aquino, onde era professor de filosofia, como o Cléber e tantos outros, o Francês, que foi meu colega - trabalhamos juntos como professores no Instituto Santo Tomás de Aquino.

Sinto-me em casa, por isso, esta é uma homenagem sincera, de coração. Mesmo que não fosse, porque muitas vezes fazemos algumas homenagens e reuniões especiais que são mais formais, só a data, por si só, já justificaria esse formalismo. No meu caso, trago um pouco da minha vida, da minha história que partilho nesta noite, como deputado, como parlamentar há 20 anos nesta Casa, há 20 anos atuando na Comissão de Direitos Humanos, há 20 anos atuando numa causa que aprendi com os agostinianos, que é a causa dos excluídos, a causa dos mais pobres, a causa das chamadas massas sobrantes na sociedade, muitas vezes centrada numa lógica inversa, contrária à lógica do evangelho. Então, parabéns, Colégio Santo Agostinho.

É importante lembrarmos desses 80 anos. Aos jovens que aqui estão, digo que achei brilhante como conseguimos combinar esta orquestra com coral e tambor naquela homenagem no dia 29 de agosto. Foi algo maravilhoso ver o erudito mesclando-se com a cultura popular, com o som dos tambores de Minas. Foi algo realmente mágico. Que pudéssemos ter outros momentos tão especiais como aquele tão bem conduzido pelo Tizumba e pela maestrina Tininha! Que isso fique como lição: vocês fazem parte de um projeto muito maior, que tem muitos anos de história, mas, de qualquer maneira, estão ajudando a recontar de outra forma essa história, pela



arte, pela cultura. Muito obrigado a todos. Agradeço sinceramente por ter podido prestar esta homenagem ao Colégio Santo Agostinho neste dia tão especial.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, o deputado Durval Ângelo, representando o presidente da Assembleia, deputado Dinis Pinheiro, fará a entrega ao diretor educacional corporativo do Colégio Santo Agostinho, Sr. Francisco Morales Cano, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Primeiro de março de 1934. Nasce, em Belo Horizonte, uma das maiores instituições educacionais de nosso país: o Colégio Santo Agostinho. Nesses 80 anos de trabalho, a escola tornou-se responsável pela formação de milhares de cidadãos e cidadãs, pessoas de bem, mães e pais que desejam que seus filhos também tenham a oportunidade de ali se instruírem e se educarem. Em reconhecimento à grandeza do trabalho educacional e filantrópico que desenvolvem o Colégio Santo Agostinho e sua mantenedora, a Sociedade Inteligência e Coração, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais se une à comunidade agostiniana na comemoração de seu octogésimo aniversário”.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Francisco Morales Cano

Deputado e amigo Durval Ângelo, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Dinis Pinheiro; Exma. Sra. Chefe de Gabinete da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Maria Elizabeth Vitral Amaro, representando a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard; padres agostinianos, colegas diretores Lorena, Aleluia e Clóvis; seminaristas, colegas de trabalho, professores, funcionários, alunos, pais, senhoras e senhores.

Quando os primeiros frades agostinianos chegaram às terras das Minas Gerais, na década de 1930, já carregavam em si a inquietude própria das perguntas pertinentes: são desafiadores os tempos que vivemos? Qualquer tempo é desafiador? Como é que respondemos a esses desafios? Haverá ainda lugar e sentido para a escola, e mais ainda para a escola particular, neste tempo de crise da razão e da hegemonia da informação eletrônica? Conseguiremos fazer da escola lugar e espaço privilegiados de convívio das diferenças humanas, sejam elas étnicas, religiosas, econômicas, intelectuais ou sociais? É possível construir alguma coisa sólida, pessoas sólidas, numa sociedade que corroi o caráter, que aposta no caos e na liquefação? Essas são algumas perguntas para tantos desafios que o Colégio Santo Agostinho está disposto a responder, apesar da sua juventude de 80 anos. Nunca é tarde, e os desafios são tantos.

Neste momento, acho fundamental destacar três palavras que expressam, no meu ponto de vista, o passado, o presente e o futuro de uma instituição educacional do porte do Colégio Santo Agostinho. Essa história dos três pontos, da “santíssima trindade”, aprendi com o Pe. Félix.

A primeira palavra que gostaria de trazer é a palavra memória. Nossa gratidão a todos aqueles homens, mulheres e crianças, que desde a notoriedade e o anonimato tornaram possível que o Santo Agostinho completasse hoje 80 anos, com uma vitalidade invejável, com os olhos postos no horizonte e com o coração e a alma repletos de sonhos. Memória é enraizar no passado, construir o presente e apostar no futuro.

Gratidão. Como tudo é dom, numa visão crítica, cristã e teleológica, nada teria sentido sem essa palavra. Gratidão a Deus pelo impulso original e pela inquietude semeada no coração dos pioneiros, cujos frutos recolhemos hoje, a quem somos devedores de uma herança que partilhamos e que nos comprometemos a guardar e a multiplicar.

Comprometimento. Nada de fugas ou de palavras duvidosas. Nada de atitudes inconsequentes ou de discursos amarrados. Nosso compromisso é com a verdade, com a partilha, com a generosidade, com a educação de qualidade para todos e com a construção de um Brasil republicano, solidário, justo e fraterno.

Semente do reino de Deus e presença da justiça entre nós. Um Brasil de gente, que ama gente, que respeita gente, que cresce com a gente e constrói gente com a gente.

Nenhum lugar melhor para reafirmar esse compromisso do que aqui, na casa dos mineiros, na casa do povo e na presença dos legítimos representantes de todos nós: a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Que este compromisso não dure só mais 80 anos, mas que nos abrace a todos e dure para sempre. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Neste momento, convidamos os presentes a ouvir a Orquestra Stradivarius, composta por alunos do Colégio Santo Agostinho, que, sob a regência da maestrina Tininha Castro, executará as músicas: *Corcovado*, de Tom Jobim; *Help*, de John Lennon e Paul McCartney; e *Contradança em sol*, de Amadeus Mozart.

- Procede-se à apresentação musical.

O presidente - Ao encerrar esta reunião, gostaria de me reportar a uma visita que fiz hoje à tarde, pela Comissão de Direitos Humanos. Estive visitando um estabelecimento penal, a Apac de Sete Lagoas. Vim de lá para cá. Reunido com 68 internos, presos, condenados, apenados por diferentes tipos de crime, fui passando a palavra a cada um deles e comecei a ouvi-los. Estavam presentes também dois promotores de Justiça, o defensor público da Comarca de Sete Lagoas, o Valdeci, presidente da Fbac, e outras autoridades.

Comecei a audiência ouvindo as vítimas, como é de praxe em todas as nossas audiências. Quando vem alguém fazer qualquer denúncia, as autoridades sempre ouvem primeiro. E fui ouvindo relatos sobre o que aquela associação de proteção e assistência ao condenado representava na vida daqueles homens que estavam ali presos por diferentes tipos de crimes. Eles falavam sobre o que mudou em suas vidas, quer dizer, o que o método Apac representou em suas vidas.

Sai de lá com a convicção cada vez maior de que ninguém nasce ser humano. A gente nasce, no máximo, como poderia qualificar a biologia, como gênero e espécie, *homo sapiens*.

O ser humano se faz, o ser humano se constrói. E essa é uma tarefa para a vida toda, é uma tarefa permanente. Acho que esse é o grande desafio ao pensarmos também uma escola. Ali houve uma educação diferente, uma educação centrada na metodologia do trabalho, de resgate de valores e, principalmente, de autonomia e de protagonismo. É isso que faz a diferença no Método Apac: não se tem polícia, não se têm armas, a própria chave da cadeia fica com um apenado; se no regime semiaberto, com um apenado do



semiaberto; se no fechado, com um apenado do regime fechado. O Moacyr conhece essa experiência de forma muito significativa. E constatamos o que essa educação representou na vida daquelas pessoas. Que isso sirva para nos mirarmos constantemente. Temos de ter uma educação em que as pessoas sejam protagonistas, criem a sua autonomia e que ajude, antes de tudo, na recuperação de valores. O ser humano é essa tarefa permanente.

Que tenhamos mais 10, 20, 30, 50 anos do Santo Agostinho comprometido também com esse tipo de educação, mas com esse olhar, o de que existem outras realidades, como a das Apacs, como a da favela, como a da cultura popular dos tambores ou outras realidades como a do mundo das drogas, de um mundo cheio de contradições. Isso também tem de estar presente no nosso pensar: existe gente que vive de forma diferente da gente, mas que também tem de ter seu espaço e seu lugar ao sol.

Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os seus agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 16, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 16/9/2014.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/8/2014

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Luzia Ferreira e os deputados Paulo Lamac, João Leite e Rogério Correia (substituindo o deputado Pompílio Canavez, por indicação da Liderança do Bloco Minas Sem Censura), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Liza Prado e o deputado Elismar Prado. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta, a debater a situação da Escola Estadual Pandiá Calógeras, que se encontra fechada para reforma e a deliberar sobre proposições da Comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Beatriz da Silva Cerqueira, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação - SindUTE-MG - e presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT-MG - e Lucileide Malagutti Colares, professora de ensino superior e comunicação da Universidade do Estado de Minas Gerais e o deputado federal Weliton Prado, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado parecer pela aprovação, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 3.078/2012, na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Paulo Lamac, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 10.543/2014, da deputada Luzia Ferreira, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater, em audiência pública, a desativação de voos comerciais regulares entre os Municípios de Belo Horizonte e Guaianá, suas causas, contexto e impactos para a região da Zona da Mata Mineira;

- nº 10.544/2014, da deputada Luzia Ferreira e do deputado Paulo Lamac, em que solicitam seja encaminhado ao prefeito de Ipaba pedido de informações sobre as ações que têm sido implementadas pela municipalidade com vistas à regularização fundiária dos imóveis desse município;

- nº 10.545/2014, da deputada Luzia Ferreira e do deputado Paulo Lamac, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério Público pedido de providências para que a Promotoria de Habitação e Urbanismo de Ipatinga adote as medidas cabíveis, com vistas a sanar a situação existente no Município de Ipaba, onde grande parte da população não possui título de propriedade dos imóveis que detém;

- nº 10.546/2014, da deputada Luzia Ferreira e do deputado Paulo Lamac, em que solicitam o envio, para o prefeito do Município de Ipaba, das notas taquigráficas da audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, na qual foi debatida a regularização fundiária de imóveis dessa localidade;

- nº 10.547/2014, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhado ao Ministério da Educação pedido de providências para edição de portaria ou outro ato normativo pertinente com vistas à criação do câmpus do Instituto Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Ifet-MG - no Município de Coronel Fabriciano, uma vez que tal publicação é requisito legal indispensável para a operacionalização das obras de reforma do imóvel doado pelo município, no qual será implantado o mencionado câmpus;

- nº 10.548/2014, do deputado Paulo Lamac e do deputado Rogério Correia, em que solicitam seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre o número de inquéritos concluídos e de inquéritos ainda pendentes de conclusão, relativos a crimes de homicídios ocorridos nos últimos 6 meses na região leste de Belo Horizonte, especificamente nos Bairros Vera Cruz, Alto Vera Cruz, Taquaril, São Geraldo, Pompeia e Granja de Freitas, especificando, entre os concluídos, quantos resultaram em indiciamento de eventuais culpados e quantos não foram identificados os culpados;

nº 10.549/2014, do deputado Paulo Lamac e do deputado Rogério Correia, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para que o ensino profissionalizante nas escolas estaduais não seja ministrado na forma de um horário extra (6º horário), o que penaliza alunos e professores sem garantir a efetividade do aprendizado profissional, mas sim de forma estrutural, ao longo de toda a jornada regular de estudo. - Aprovada a proposição;

- nº 10.550/2014, do deputado Paulo Lamac e do deputado Rogério Correia, em que solicitam seja realizada reunião da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na Região Leste de Belo Horizonte, para a qual seja convidada a Comissão de Combate ao



Crack e Outras Drogas, destinada ao debate, em audiência pública, de formas de prevenção e de combate ao tráfico de drogas e de crimes relacionados a esta atividade ilícita, bem como ao debate sobre possíveis atividades esportivas, artísticas e profissionalizantes que possam ser oferecidas à população, sobretudo para a população mais jovem dessa região, notadamente dos Bairros Vera Cruz, Alto Vera Cruz, Taquaril, São Geraldo, Pompeia e Granja de Freitas;

- nº 10.551/2014, do deputado Paulo Lamac e do deputado Rogério Correia, em que solicitam seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte e à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para que, de forma conjunta, estimulem a organização e a atuação dos Conselhos de Segurança Pública - Conseps - nas comunidades da Região Leste de Belo Horizonte, notadamente nos Bairros Vera Cruz, Alto Vera Cruz, Taquaril, São Geraldo, Pompeia e Granja de Freitas, tendo em vista o crescimento dos índices de criminalidade nessas comunidades, notadamente o número de homicídios, que nos últimos 4 meses chega a cerca de 40;

- nº 10.552/2014, do deputado Paulo Lamac e do deputado Rogério Correia, em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedidos de providências para que intensifique o policiamento ostensivo e as ações de inteligência relacionadas ao combate ao tráfico de drogas nas comunidades da Região Leste de Belo Horizonte, notadamente nos Bairros Vera Cruz, Alto Vera Cruz, Taquaril, São Geraldo, Pompeia e Granja de Freitas, e para que agilize a apuração dos crimes de homicídio ocorridos nessa região, que conta com cerca de 40 homicídios apenas no período entre abril e julho de 2014;

- nº 10.553/2014, do deputado Paulo Lamac e do deputado Rogério Correia, em que solicitam seja encaminhado ao comandante da Polícia Militar pedido de informação consubstanciado nas cópias dos boletins de ocorrências relativos a homicídios ocorridos nos últimos 6 meses na região leste de Belo Horizonte, especificamente nos Bairros Vera Cruz, Alto Vera Cruz, Taquaril, São Geraldo, Pompeia e Granja de Freitas;

- nº 10.554/2014, do deputado Paulo Lamac e do deputado Rogério Correia, em que solicitam seja encaminhado à secretária de Defesa Social pedido de providências para que seja intensificado o Programa Fica Vivo, nas comunidades da Região Leste de Belo Horizonte, notadamente nos Bairros Vera Cruz, Alto Vera Cruz, Taquaril, São Geraldo, Pompeia e Granja de Freitas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2014.

Paulo Lamac, presidente.

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/8/2014

Às 9h15min, comparece no auditório do Centro Universitário do Leste de Minas - Unileste -, câmpus Coronel Fabriciano, o deputado Paulo Lamac, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Celinho do Sinttrocel. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a conhecer e debater o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Vale do Aço, elaborado pelo Unileste. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Genésio Zeferino da Silva Filho, reitor do Unileste câmpus Coronel Fabriciano; Thales Rezende Coelho Alves, diretor-geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço; Bruno Torres, vice-prefeito do Município de Coronel Fabriciano, representando os prefeitos da Região Metropolitana do Vale do Aço; Douglas Willkys Alves Oliveira, vereador do Município de Timóteo, representando os vereadores da Região Metropolitana do Vale do Aço; e Marcelo Vieira Corrêa, diretor da Escola Politécnica do Unileste, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2014.

Paulo Lamac, presidente.

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/8/2014

Às 10h15min, comparecem na Câmara Municipal de Nanuque a deputada Luzia Ferreira e o deputado Carlos Pimenta, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Celinho do Sinttrocel. Havendo número regimental, a presidente, deputada Luzia Ferreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o aumento expressivo das situações de violência contra a mulher no Município de Nanuque. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Nivalda Soares Dias, coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Creas - de Nanuque; a Sra. Rosilene Ramos e os Srs. Edivaldo Alves Teixeira, Gilmar dos Santos, Antônio Gomes Araújo, José Otoni, Manoel Neres e Odilon Mendes de Carvalho Júnior, vereadores da Câmara Municipal de Nanuque; Rivaldo Monteiro da Silva, presidente dessa casa legislativa; Ramon Ferraz Miranda, prefeito municipal de Nanuque; Maj. PM Luciano Freire Fonseca, comandante da 24ª Companhia Independente de Polícia Militar; João Marcos de Almeida, delegado de Polícia Civil; Alfredo Ferreira, delegado regional de Polícia Civil; Agenor Andrade Leão, promotor de Justiça, todos em Nanuque, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidente, deputada Luzia Ferreira, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da



reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2014.

Paulo Lamac, presidente - Luzia Ferreira - Adalclever Lopes.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/9/2014

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 142, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado como relator em Plenário, o deputado Rômulo Viegas opina pela manutenção do veto.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 143, que altera a Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado como relator em Plenário, o deputado Zé Maia opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.287, que altera os limites da Estação Ecológica Estadual de Arêdes, no Município de Itabirito. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.289, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Contas referente ao ano de 2013. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.295, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carlos Chagas o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.306, que assegura ao aluno matriculado em estabelecimento de ensino de educação básica vinculado ao Sistema Estadual de Ensino o direito de observar o período de guarda religiosa. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.336, que acrescenta dispositivo à Lei nº 13.408, de 21 de dezembro de 1999. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.337, que acrescenta dispositivos à Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.352, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 19.451, de 11 de janeiro de 2011. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 47/2013, dos deputados Jayro Lessa e Sargento Rodrigues e outros, que altera o inciso II do § 3º do art. 53 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2013, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que acrescenta inciso ao art. 64 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.272/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 15.910, de 21 de dezembro de 2005. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.327/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça e do Fundo Especial do Poder Judiciário. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.348/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembleia Legislativa. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.



Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 427/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a fiscalização da venda de ingressos para eventos artísticos, culturais e desportivos por cambista no Estado. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 873/2011, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a integração, nas licitações e nos contratos públicos do Estado, de considerações ambientais a serem observadas pelos órgãos da administração direta, autarquias, inclusive as de regime especial, fundações públicas, fundos especiais não personificados, pelo seu gestor, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado, prestadoras de serviço público e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.710/2011, do deputado Doutor Wilson Batista, que institui, no âmbito dos hospitais da rede pública de saúde do Estado, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.165/2014, do procurador-geral de justiça, que fixa o percentual para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público relativa ao ano de 2014. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.078/2012, do governador do Estado, que dispõe sobre a gestão unificada da função pública de interesse comum de uso do solo metropolitano no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Assuntos Municipais, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.170/2013, do deputado Sargento Rodrigues, que altera a Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.672/2013, do Tribunal de Contas, que altera a Lei nº 19.572, de 2011. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 18/9/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/9/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 18 de setembro de 2014, destinada a homenagear a Sra. Maria do Carmo de Souza Figueiredo Mariano, presidente da Associação dos Amigos de Irmã Benigna - Amaiben.

Palácio da Inconfidência, 17 de setembro de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

O 1º-secretário despachou, em 16/9/2014, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, chefe da Assessoria Institucional da PMMG (3), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.226/2013, da Comissão de Direitos Humanos; 7.694/2014, da Comissão de Segurança Pública; e 7.738/2014, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas.

Da Sra. Cleri Xavier Santos Rezende, diretora de Vigilância à Saúde da Secretaria de Saúde de Betim, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.287/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Danilo Antonio de Souza Castro, secretário adjunto de Casa Civil, prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 3.775/2013 e 4.961/2014, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (- Anexem-se o ofício e as informações aos respectivos projetos de lei.)

Do Sr. Djalma Bastos de Moraes, presidente da Cemig, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.292/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Guido Marcelo Mayol, superintendente regional da Polícia Rodoviária Federal (substituto), prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Segurança Pública encaminhado por meio do Ofício nº 2.738/2014/SGM.

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil (6), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.819/2013, da deputada Liza Prado, 7.543 e 8.379/2014, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, 7.694/2014, da Comissão de Segurança Pública, 7.876/2014, da Comissão da Pessoa com Deficiência, e ao requerimento da Comissão de Direitos Humanos encaminhado por meio do Ofício nº 1.329/2014/SGM.

Da Sra. Nívia Mônica da Silva, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 8.536 e 8.694/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Olavo Machado Junior, presidente da Fiemg, solicitando a manutenção do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.337. (- Anexe-se ao referido veto.)

Do Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, presidente da Copasa-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.525/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. William de Paula Rothéia, chefe da Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos da Polícia Federal em Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.269/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 15/9/2014, o Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Tadeu Martins Leite

exonerando Bruna Soares Giesbrecht dos Santos do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

exonerando, a partir de 15/9/2014, Edmilson Guimarães de Amorim do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

nomeando Bruna Soares Giesbrecht dos Santos para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Helen de Fatima Prado Lanfredi de Nigris Bocalini do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Helen de Fatima Prado Lanfredi de Nigris Bocalini para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.



AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 1/2014

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 114/2014

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em cumprimento ao disposto no art. 10 e parágrafos da Lei 12.232, de 29/4/2010, torna público que foram indicadas para participar do sorteio de composição da subcomissão técnica de que trata a Concorrência nº 1/2014 as seguintes pessoas: pela ALMG: Lúcio Eustáquio Pérez de Carvalho - matrícula 7735/6, Luísa de Marilac Luna - matrícula 11960/1, Cristiane Costa Pereira - matrícula 5283/3, Rogério de Senna - matrícula 14535/1, Marcelo Cardoso Rodrigues Machado - matrícula 19975/3 e Ramiro Batista de Abreu - matrícula 2497/0; sem vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com a ALMG: Danilo Penido de Andrade - CI MG-1.083.283, André Vidigal Cavalcanti de Lacerda - RG 16774423 SSP-SP e Eliezer Costa de Andrade - CI MG-3.331.578; e que o sorteio dos membros da referida subcomissão será realizado no dia 25/9/2014, às 10:30 horas, na sala da Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte.

Belo Horizonte, 17 de setembro de 2014.

Eduardo Vieira Moreira, diretor-geral.

TERMO DE AFETAÇÃO - CONTRATO Nº 46/2014

Cedente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Cessionário: Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. Objeto: afetação de bens inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, de acordo com o art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.